

o preceito estabelecido por Bloomfield uns vinte anos antes, no sentido de que aquilo que um informante nativo disser *em* sua língua não deveria de forma alguma ser confundido com aquilo que o mesmo informante possa ocasionalmente sentir-se tentado a dizer *sobre* sua língua (cf. Bloomfield, 1994).

Assim, na lingüística estrutural americana pré-chomskyana, o falante de uma língua é tipicamente considerado como uma pessoa plenamente auto-suficiente no que se refere aos propósitos da ciência lingüística. Ele conhece sua língua, na verdade é a autoridade suprema no assunto. Ele afinal é capaz de dizer, como Chomsky iria insistir mais tarde, "todas e apenas as frases gramaticais" que pertencem à sua língua". (É verdade que, com Chomsky, o centro de gravidade deslocou-se para o ideal nativo, mas quando os primeiros chomskyanos disseram coisas como "Um falante nativo de uma língua sabe que... Portanto uma gramática adequada deve dar conta do fato", eles estavam com toda a probabilidade referindo-se a um falante genérico, alguém empiricamente mais concreto do que a versão abstrata, idealizada, contemplada pela teoria). Além disso, as elocuições que ele produz em sua língua são todas, por definição, autênticas — isso é o que o torna o falante nativo daquela língua. O nativo nunca erra. (Há nisso algo espantosamente supra-humano — é o que se poderia chamar de a apoteose do falante nativo em lingüística.)

Existe também a idéia do falante nativo como uma espécie de "bom selvagem" lingüístico, que está implícita em alguns pressupostos básicos da lingüística teórica. Isso se torna bem evidente em muitas das recomendações práticas que os lingüistas freqüentemente fazem a respeito da política da língua, do ensino de língua etc. A literatura está repleta desses capciosos *slogans* como "Deixe sua língua em paz!" (Hall, 1950), "Tire as mãos do inglês pidgin" (Hall, 1955), "Não foi isso que eu quis dizer: como o estilo conversacional cria e rompe relacionamentos" (Tannen, 1986) etc. usados como títulos de trabalhos acadêmicos que, sem surpresa alguma, são sucessos de vendas como verdadeiros *best-sellers*. A idéia de que a inocência nativa do falante nativo deve ser preservada a qualquer

custo é patente, por exemplo, na seguinte observação de Antilla (1972: 349, citada em Coulmas, 1981: 9):

Uma vez que você teve um treinamento lingüístico, você estragou suas intuições nativas de falante normal, e você não pode escrever uma gramática que seja real do ponto de vista psicológico para um falante normal. Os lingüistas não são falantes normais quando escrevem gramáticas.

A principal preocupação de Antilla é desafiar a prática gerativista do lingüista que estuda suas próprias intuições como um falante nativo de sua língua, e fica claro que ele apóia a opção estruturalista de estudar as línguas de outros povos. Mas não é difícil perceber por trás de sua afirmação o mesmo sentimento de inexplicável reverência para com o nativo, bem como a sensação crescente de auto-reprovação por "invadir" um espaço alheio onde ele simplesmente não deveria estar, sensação que sistematicamente atormentava o antropólogo estruturalista da primeira metade do nosso século.

A identidade do indivíduo falante ocupa assim uma posição central na construção da teoria lingüística. O próprio conceito de indivíduo é fiel à sua etimologia. Um indivíduo é invariavelmente concebido como um eu individual e indivisível (ele é ou categoricamente não é um falante nativo de uma língua — não havendo provisão para graus de natividade). Também do ponto de vista ontogenético, um indivíduo torna-se um falante de uma língua totalmente maduro assim que tiver atingido certa idade. As crianças não contam; são como larvas, objetos de curiosidade, interessantes apenas na medida em que podem ajudar a perceber melhor os que são lingüisticamente adultos. Essa tese foi na verdade reiterada por Chomsky num trabalho recente (Chomsky, 1995), em que o autor levanta a questão acerca da propriedade de considerar sua neta de quatro anos uma falante nativa do inglês no sentido genuíno do termo. Segundo Chomsky, há pouco espaço para qualquer indecisão nesse ponto — o que a criança fala, se é que realmente se pode chamar de uma língua,... está muito distante da língua inglesa. Na frente filogenética, a situação também

não é muito diferente. Os macacos e os membros de outras ordens inferiores do reino animal nada têm a nos ensinar acerca dos mistérios da faculdade da língua humana; pois a língua é inteiramente específica da espécie homem. Do ponto de vista evolucionário, portanto, a língua foi adquirida, por assim dizer, instantaneamente — (o primeiro *homo loquens* deve ter tido uma infância traumática por não ter podido falar “de homem para homem” com seu pai!) O falante nativo individual é, no âmbito da lingüística, uma entidade plenamente totalizada, além de ser, como já vimos, pura, incorruptível, autêntica e estável.

Não é difícil rastrear a genealogia do falante nativo na lingüística moderna. Por trás do conceito do falante nativo na lingüística está a invenção do século XVIII chamada “indivíduo”. Como ressaltam Goldstein e Rayner (1994), no começo do período moderno o conceito de “identidade” começou a ser visto cada vez mais em termos essencialistas. O indivíduo era, desse momento em diante, um eu constituído de forma única, cuja realização suprema — aquela que, na visão de Kant, no fim prepararia o caminho da emancipação daquele indivíduo — foi a auto-consciência cartesiana. Taylor (1992: 25 e ss.) observa como a emergência desse novo indivíduo aconteceu em marcante contraste com o conceito anterior, típico do feudalismo e do período medieval, que via o indivíduo como sendo definido por um *status* atribuído socialmente. Segundo Taylor, numa sociedade sem uma hierarquia estrita, imposta socialmente, o problema da identidade tornou-se mais sério do que nunca em épocas anteriores, pela simples razão de que a pergunta “Quem sou eu?” já não podia ser respondida de improviso.

No auge da lingüística estrutural americana — quando o famoso “lingüista da selva” de Quine dominava o campo — o lingüista estava no fundo tentando entender a si mesmo e determinar sua própria identidade, tomando o nativo como seu “objeto” de estudo. Sua conduta profissional era marcada por um medo quase místico de “contaminação” pelo contato excessivo com o nativo (muitas vezes expresso inversamente como o dever moral de não contaminar o nativo, mas sim preservar-lhe a preciosa identidade de

“bom selvagem”, ainda não corrompido pela civilização ocidental, aqui representada pelo lingüista). No mínimo, essa é uma maneira de entender o memorável conselho de Bloomfield (discutido anteriormente) de não confundir os níveis — aquele do nativo, de quem se espera o fornecimento de dados e aquele do investigador autorizado a fornecer a análise científica daqueles dados. “O papel do lingüista nessa situação,” diz ele (Bloomfield, 1944: 49), “é observar.” Se os estruturalistas buscaram o nativo “incivilizado” a fim de assegurar-se de sua própria identidade incerta, os chomskianos sentiram-se mais que felizes por poder olhar para dentro de si mesmos a fim de esmiuçar sua identidade última. Com certeza, esse é um dos traços distintivos que faz da “Lingüística Gerativa” um empreendimento verdadeiramente cartesiano. A observação de Chomsky de que uma gramática realmente científica “tenta especificar o que o falante *de fato* conhece, não o que ela possa relatar sobre seu conhecimento” (ênfase acrescentada) (Chomsky, 1965: 8) é particularmente reveladora a esse respeito. Pois, que modo mais eficaz haveria para alguém certificar-se de que aquilo que se especificou é aquilo que o nativo de fato conhece do que intuindo os fatos relevantes, isto é, usando a si mesmo como um informante nativo, em vez de esperar inferir esses fatos do comportamento de estranhos?

Mas a observação de Chomsky também aponta para a profunda convicção de que a auto-consciência em questões lingüísticas é a prerrogativa do lingüista, e isso significa que ele é quem segue a orientação teórica certa, a saber, a sua. A idéia portanto não é que a auto-consciência lingüística seja algo a que qualquer Zé, Juca e João pode aspirar; em vez disso, a idéia de Chomsky preconiza que, armado com a teoria certa, um lingüista teoricamente pode esperar atingir aquele estado de auto-consciência, o objetivo supremo estabelecido por Descartes para a investigação racional. A lingüística é uma investigação racional na medida em que torna a auto-consciência efetivamente possível, e o lingüista *qua* lingüista é qualitativamente diferente do lingüista *qua* falante nativo comum. Uma implicação importante da visão de Chomsky — e nesse ponto ele é cem por cento

cartesiano — é que não há região da mente do nativo que em princípio seja inacessível ao escrutínio introspectivo. De fato, a propósito do dogma cartesiano, Antony Flew (1971: 282) escreveu:

Sendo que pela sua explicação eu sou uma mente e sendo que também se afirma que a essência — a característica definidora — da mente é pensar, o que aqui significa dizer estar consciente, deve-se concluir que para um cartesiano *mente inconsciente* é uma expressão contraditória.

Note-se que linguistas como Voloshinov e Bakhtin, que pro-
fessam uma abordagem marxista da língua e da lingüística, e que
portanto rejeitam a idéia de um indivíduo tendo uma existência inicial
e primária (da qual se devem derivar outras categorias coletivas),
mantêm todavia o conceito cartesiano de um indivíduo individuado
e indivisível, bem como a idéia de que parte alguma da consciência
de um indivíduo é teoricamente inacessível à introspecção. Assim,
mesmo quando expressa sua total insatisfação com as abordagens da
língua que, seguindo o exemplo de Wilhem von Humboldt, conside-
ram a psique individual como a fonte da língua (Voloshinov, 1973),
Bakhtin não faz nenhum esforço para questionar a integridade puta-
tiva do sujeito da linguagem. Ao contrário, a responsabilidade da
explicação é deslocada do indivíduo (pessoal, subjetivo) para uma
identidade coletiva chamada classe social. Jacob Mey (1981: 75)
explicita a lógica por trás disso quando diz:

... não há nada "nascido" na habilidade de falar. Na melhor das hipóteses, o acontecimento físico do nascimento é importante só porque marca o começo de uma possível socialização. A socialização, porém, não é um acontecimento abstrato. É um processo que ocorre numa sociedade concreta.

Em outras palavras, o falante é real e importante apenas na medida em que é um ser social. Para Mey, como também para Bakhtin e Voloshinov, a condição social de um falante é uma parte essencial de sua naturalidade: "Para os seres humanos, é natural ser social. A natureza deles é a sociedade" (*ibid.*). A identidade do indivíduo

falante *qua* usuário plenamente socializado da língua é ainda entendida em termos essencialistas. Isso está muito de acordo com o espírito de Marx para quem, nas palavras de Flew (1971: 476) "a espécie parece vir antes do que os indivíduos de carne e osso e ser mais real do que eles". A principal queixa de Bakhtin contra o que ele chama de "objetivismo abstrato" (rejeitado por ele com a mesma veemência com que rejeita o 'subjettivismo individualista' humboldtiano) está contida na seguinte observação (Voloshinov, 1973: 66):

De um um ponto de vista realmente objetivo, que tenta ver a língua de uma forma totalmente dissociada de como ela se afigura a qualquer indivíduo determinado em qualquer momento específico do tempo, a língua representa a imagem de um incessante fluxo de vir-a-ser. Do ponto de vista da observação de uma língua de um modo objetivo, do alto, não há nenhum momento real do tempo em que um sistema sincrónico de linguagem pudesse ser construído.

Note-se que a insatisfação de Bakhtin com a lingüística sincrônica saussureana está relacionada com o fato de que ela não dá a devida atenção ao indivíduo concreto localizado no tempo e no espaço. Para Bakhtin, o estruturalismo não tem por objeto a língua real, porque a língua real é aquilo que falam os homens e as mulheres reais. E os homens e as mulheres reais são, como diz Mey, indivíduos socializados. "A lingüística estuda uma língua viva como se fosse uma língua morta e uma língua nativa como se fosse uma língua estrangeira." (Voloshinov, 1973: 77n). No entanto, nem todas as coletividades são igualmente "naturais". A idéia de "nacionalidade" é uma dessas idéias. Desse modo, aprovando, ele cita uma passagem de *A origem da língua* de Marr, em que o principal lingüista marxista da época (antes de ser "liberado" de seu posto pelo próprio Stalin) ataca todo o conceito de uma "língua nacional", insistindo que "a língua ecumênica, sem distinção de classe, continua sendo uma ficção" (*ibid.*).

Gostaria de esclarecer a esta altura o que é que não estou dizendo. Não estou dizendo que redefinindo o falante em termos concretos como um ser social, aqueles linguistas que professam uma

orientação amplamente marxista conseguem apenas mudar o foco de atenção. De fato, o estudo da língua tem muito a lucrar com abordagens que consideram os falantes nativos não como "mônadas" isoladas, mas como participantes numa rede socialmente definida de relacionamentos, que são reais pelo fato de os laços sociais que os mantêm unidos serem concretos. O que estou dizendo aqui é que ao insistir na "sociedade naturalizante" e não na "natureza socializante" (se o objetivo é trazer o aspecto social para o centro do palco, a segunda alternativa pode muito bem executar a tarefa e, pelo que se sabe, de modo muito mais eficaz), as assim chamadas abordagens marxistas da língua revelam a presença de certo essencialismo residual, apesar de sua franca rejeição do idealismo platônico e da tão propalada preferência pela existência em relação à essência. (Esse tópico será retomado mais adiante.)

Firth (1987: 180) concorda com a crítica russa da lingüística saussureana como um "estruturalismo mecânico e estático" e se esforça para promover o conceito de "contexto da situação" da escola de Londres, originariamente desenvolvido por Malinowski. Em seguida, porém, ele reluta em acompanhar até o fim os lingüistas soviéticos de seu tempo, especialmente, e isso é interessante, na questão de saber quem é o sujeito real da linguagem. Aqui está uma passagem altamente sugestiva:

O maior filólogo inglês do século XIX foi, a meu ver, o foneticista de Oxford, Sweet. Ele nunca se cansava de afirmar que a língua existia apenas no indivíduo. Outros diriam que todos os elementos essenciais da lingüística podem ser estudados na língua operando entre duas pessoas. Não estou apoiando nenhuma teoria da "existência", e devemos abandonar o indivíduo e olhar para o desenvolvimento e continuidade da personalidade nascida da natureza e desenvolvida na educação. A língua faz parte da criação e parte da personalidade.

Deve-se dar crédito a Firth por ter enfatizado que há muito pouco a lucrar com a ponderação da identidade do indivíduo isolado

de seu contexto e situação. Mas o espírito totalizador está ainda muito presente. Pois para que serve o "contexto da situação" se não for para fixar a identidade do usuário da língua — sua personalidade — em termos supostamente mais realistas? Anos mais tarde, o filósofo J. L. Austin iria expressar uma preocupação semelhante nos seguintes termos: "O ato de fala total na situação de fala total é o *único* fenômeno *real* que, em última instância, estamos empenhados em elucidar" (Austin, 1962: 148). O que Firth e Austin, e na verdade inúmeros outros antes e depois deles, não levaram em conta é que o contexto não tem limites. Qualquer coisa que se possa dizer *sobre* o contexto é imediatamente incorporada àquele contexto. Isso significa que o contexto é simplesmente interminável. Nas palavras de Derrida (1979: 81), "... nenhum significado pode ser determinado fora do contexto, mas nenhum contexto permite saturação". A esperança ilusória de que o contexto possa ser saturado, na verdade contido, domesticado e tornado tratável para análise segundo métodos convencionais é provavelmente responsável pela plethora de novas teorias na área, proclamando o funcionalismo como a única via para a salvação.

Todavia, deve-se aceitar que o deslocamento da ênfase do indivíduo para a personalidade mostra uma consciência clara da parte de Firth de que o conceito de identidade necessariamente levanta um batalhão de outros conceitos, entre os quais se destaca o dos interesses. Como argumentam Goldstein e Rayner (1994: 367), a própria distinção entre identidade e interesses está enraizada no conceito de "autenticidade". De fato, a idéia de "autenticidade" acaba se revelando como o único tema comum por trás do "bom selvagem" de Rousseau, do "falante-ouvinte ideal" de Chomsky, das "pessoas reais" de Yngve, do "usuário real da língua" de Bakhtin e do "único fenômeno real" de Austin. O que se busca, em todos esses casos, é o verdadeiro nativo na plenitude de sua autenticidade.

Que os interesses desempenham um papel importante na determinação de identidades fica claro a partir do destino dos teóricos marxistas soviéticos nas mãos de Stalin. Note-se, em primeiro lugar, que a idéia de que a gramática de uma língua é uma superestrutura

os critérios de identidade estabelecidos para serem aceitos como assuntos teoricamente interessantes. Da mesma forma, os falantes de pidgin também não contam — embora sendo adultos e humanos, suas identidades como usuários de uma língua são instáveis. Assim os pidgins devem ser marginalizados em função dos interesses da linguística da classe dominante. Um exame superficial da literatura sobre as linguagens dos surdo-mudos revela como a mesma solução se repete: a linguística se sente ameaçada por todos esses fenômenos que de algum modo não se encaixam em seu acalentado modelo de identidade pura, perfeita e plenamente totalizada. A estratégia tem sido relegar todos esses fenômenos a um plano secundário, para que eventualmente sejam tratados como uma questão de simples curiosidade e examinados em termos de como, na qualidade de substitutos defectivos, eles divergem dos casos puros, normais.

Como se podia prever, a teoria da *baby talk* foi substituída pela assim chamada "teoria da poligênesis" que afirmava que os pidgins eram também uma criação dos falantes de língua "padrão". Robert Hall Jr., um de seus principais advogados, (cf. Hall, 1953), argumentava que os crioulos evoluíram dos pidgins e (quem sabe, com um pouco de sorte) talvez se transformem em "línguas normais" — completando assim um ciclo vital (note-se que essa nova explicação teleológica ainda carrega consigo a idéia de maturação, de uma identidade plenamente desenvolvida como sendo a ordem natural das coisas.).

A "teoria poligenética" não estava destinada a dominar o cenário por muito tempo. Whinnom (1968) introduziu a teoria da "hibridização lingüística". Os pidgins de hoje, segundo Whinnom, não são falados primeiramente pelos falantes de línguas-padrão, mas por nativos que não compartilham uma língua comum entre si. Em outras palavras, com Whinnom o multilingüismo tornou-se o ambiente ideal para a procriação de pidgins e crioulos. Assim, casos como o da manutenção prolongada do inglês como a língua oficial e/ou a língua franca em nações pós-coloniais multilíngües, tais quais a Índia e a Nigéria, tornaram-se candidatos ideais para o estudo da pidginização e da crioulação incipientes. O raciocínio por trás disso

é simples: os "ingleses" falados nesses países soam tão diferentes do que se esperaria ouvir na Inglaterra ou na Austrália. Como se poderia dar conta de seu estado "impuro" e volátil? Ante o ideal de uma identidade íntegra e sem mácula que resolutamente resistiu ao teste do tempo e conseguiu sobreviver incólume através de diversas mudanças de paradigmas e revoluções que a linguística conheceu desde seu início, há um único modo bastante simples de se lidar com esses casos "aberrantes": tratando-os, não como línguas no sentido puro, mas como línguas, por assim dizer, em formação. Qualquer outra explicação alternativa envolveria uma reconsideração do conceito tradicional de identidade estável e total. De fato, essa parece ser a única abordagem sensata quando se pondera o status de línguas realmente mundiais como o inglês e o espanhol, sobretudo no contexto de sua importância sempre crescente como línguas francas para a comunicação internacional e de sua conseqüente perda de identidades restritivas e locais — é importante notar que a língua inglesa que hoje funciona como língua franca mundial número um é língua materna de ninguém (cf. Haberland, 1989). Eu me atreveria a sugerir que o segredo da vitalidade de uma língua como o inglês é sua identidade múltipla, proteiforme.

A esta altura, porém, uma reflexão oportuna irá fatalmente convencer qualquer um de que o inglês e o espanhol apenas mostram de modo claro e inconfundível o que todas as línguas já revelam em sua própria constituição — uma tendência para a dispersão ilimitada e para a hibridização. É compreensível que isso alarme chauvinistas e puritanos obstinados, aqueles que se consideram os cães de guarda da suposta pureza de sua língua materna e o baluarte contra a possível contaminação por línguas estrangeiras. No entanto, por mais que eles queiram que as coisas sejam diferentes, as línguas vivem em constante contato uma com a outra e se "contaminam" mutuamente, constantemente criando possibilidades novas e nunca sonhadas. Como se ressaltou anteriormente, essas possibilidades radicalmente novas pedem uma reconsideração radical da própria noção de identidade.

Esse tipo de reconsideração radical é precisamente o que os estudos de caso como aquele proposto por Pandit, mencionado ante-

mútuas. Isso por sua vez significa que as identidades em questão estão sempre num estado de fluxo. Colocando essa tese na sua formulação mais radical: falar de identidade, seja do indivíduo falante seja da língua isolada, é recorrer a uma ficção conveniente — inofensiva em si mesma, mas definitivamente prejudicial quando essas considerações aparentemente evidentes se tornam a pedra fundamental de elaboradas teorias lingüísticas.

Um exame da literatura sobre certos fenômenos como multilingüismo, pidgins e crioulos, linguagem de sinais etc., cuja importância a lingüística dominante tradicionalmente tende a minorar, preferindo considerá-los, na melhor das hipóteses, à margem de suas preocupações centrais, nos levará, como tentei mostrar neste trabalho, à conclusão de que uma aceitação acrítica da idéia de identidades individuais como sendo puras, íntegras e totalizadas e do postulado associado de línguas individuais como conjuntos plenamente integrados e auto-suficientes tem contribuído apenas para deformar nosso entendimento dos fenômenos em questão.

Mas, por outro lado, essa última asserção não deveria causar surpresa, uma vez que, como vimos, a própria questão da identidade está ligada à idéia de interesses e está investida de ideologia. Assim, a construção de identidades é uma operação totalmente ideológica. Não é preciso dizer que qualquer impulso para repensar a identidade também terá de ser uma resposta ideológica a uma ideologia existente e dominante. Se a sempre crescente atenção que hoje se dá a tópicos tradicionalmente considerados fora do alcance da lingüística dominante significa alguma coisa, é bem possível que seja chegada a hora para uma reconsideração radical a esse respeito.

Talvez a próxima grande revolução na lingüística resulte da constatação, por parte dos teóricos, de que muitos dos incontroláveis fenômenos que desafiam as teorias contemporâneas só começarão a fazer sentido, ao que tudo indica, quando começarmos a levar seriamente em conta a possibilidade de identidades proterformes e, quem sabe, das identidades "vira-latas" de Rushdie, o que significa identidades em permanente estado de fluxo.

Referências bibliográficas

- ADLER, M. K. (1980). *Marxist linguistic theory and communist practice*. Hamburgo: Helmut Buske Verlag.
- ANTILLA, R. (1972). *An introduction to historical and comparative linguistics*. New York: Macmillan.
- AUSTIN, J. L. (1962). *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press.
- BLOOMFIELD, L. (1944). Secondary and tertiary responses to language. *Language*, 20, pp. 45-55.
- CHOMSKY, N. (1965). *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, Mass.: M.I.T. Press.
- CHOMSKY, N. (1972). *Language and mind* (enlarged edition). New York: Harcourt, Brace & Jovanovich.
- CHOMSKY, N. (1995). Language and nature. *Mind*, Vol. 104, no. 413. Pp. 1-61.
- COULMAS, F. (1981). *A festschrift for native speaker*. Haia: Mouton Publishers.
- DECAMP, D. (1971). Introduction to the study of pidgins and creole languages. In Hymes, D. (ed.) (1971). Pp. 13-39.
- DERRIDA, J. (1979) Living on border lines. In Bloom et al. *Deconstruction and Criticism*. NY: Seabury. Pp. 75-175.
- FERGUSON, C.A. e GUMPERZ, J.D. (1960). Linguistic diversity in South Asia. *International Journal of American Linguistics*, Vol. 26, No. 3. Pp. 2-13.
- FIRTH, J. R. (1957). Personality and language in society. In *Papers in linguistics, 1934-1951*. Oxford: OUP.
- FLEW, A. (1971). *An introduction to western philosophy*. Londres: Thames & Hudson.
- GOLDSTEIN, J. e RAYNER, J. (1994). The politics of identity in late modern society. *Theory and Society*, 23. Pp. 367-384.
- GUMPERZ, J.J. e WILSON, R. (1971). Convergence and creole. In Hymes, D. 9 ed. (1971). Pp. 151-168.
- HABERLAND, H. (1989). Whose english, nobody's business. *Journal of Pragmatics*, Vol 13, no. 6. Pp. 927-38.
- HALL, R. J. (1950). *Leave your language alone*. Published by R. Hall, 2a. Ed. NY: Doubleday.

- HALL, R. J. (1953). *Haitian creole: grammar, texts, vocabulary*. American Anthropology Association, Memoir 74, Washington, D. C.
- HALL, R. J. (1955). *Hand off pidgin english*. Sydney: Pacific Publishers.
- HALL, M. (1962). Phonology in generative grammar. *Word*, Vol. 18, no. 1/2, Pp. 54-72.
- HARRIS, R. (1981). *The Language Myth*. Londres: Duckworth.
- HJERMSLEV, L. (1930). *Caractères grammaticaux des langues créoles*. *Proceedings of the International Congress of Anthropology and Ethnology*, Copenhagen.
- HOUSEHOLDER, F. R. (1971). *Linguistic speculation*. Cambridge: CUP.
- HYMES, D. (ed.) (1971). *Pidginization and creolization of languages*. Cambridge: CUP.
- JAKOBSON, R. (1953). Results of the conference of anthropologists and linguistics. *JAL Supplement* — Memoir no. 8, Pp. 19-22.
- JAKPENSEN, O. (1922). *Language: its nature, development and origin*. Londres: Allen & Unwin.
- MEY, J. (1981). Right or wrong, my native speaker. In Coulmas, F. (ed.) (1981). Pp. 69-84.
- MOULTON, W. G. (1969). The nature and history of linguistics. In A. A. Hill (ed.) (1969). *Linguistics Today*. NY: Basic Books Inc. Pp. 3-17.
- NEWMAYER, F. R. (1986). *The politics of linguistics*. Chicago: The University of Chicago Press.
- PANDIT, P. R. (1975). Linguistics and sociology. In R. Bartsch & T. Vennemann (eds.) *Linguistics and Neighbouring Disciplines*. Amsterdam: North-Holland Publishing Co.
- PEL, M. (1965). *The story of language*. Filadelfia: J. B. Lippincott Co.
- QUINE, W. (1959). Meaning and translation. In J. A. Fodor & J. J. Katz (1964). *The Structure of Language*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, Inc.
- RAJAGOPALLAN, K. (No prelo). Quando o humor azeda: o 'Episódio Rushdie' em retrospectiva. Traduzido do original inglês When humour turns sour: the 'Rushdie episode' in retrospect, por Almir Poeta. A ser publicado em *Estudos Avançados*, no. 26. USP.
- ROBINS, R. A. (1964). *General linguistics: an introductory survey*. Londres: Longman.
- ROMAINE, S. (1989). *Bilingualism*. Oxford: Basil & Blackwell.

- RUSHDIE, S. (1989). *In good faith*. Londres: Granta.
- SANKOFF, G. (1980). *The social life of language*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press.
- SAUSSURE, F. de (1959). *Course in general linguistics*. Londres: Peter Owen.
- SAPIR, E. (1921). *Language: an introduction to the study of speech*. NY: Harcourt, Brace & World.
- SWADESH, M. (1972). *The origin and diversification of language*. Londres: Routledge & Kegan Paul.
- TANNEN, D. (1986). *That's not what I meant: how conversational style makes or breaks relationships*. NY: Ballantine.
- TAYLOR, C. (1986). *Multiculturalism and "The politics of recognition": An Essay*. Princeton: Princeton University Press.
- VOLOSHINOV, V. N. (1973). *Martian and the philosophy of language*. NY: Seminar Press.
- WHINOM, K. (1968). Linguistics hybridization and the special status of pidgins and creoles. In Hymes (ed.) (1971). Pp. 91-116.
- YNGVE, V. H. (1971). The struggle for a theory of native speaker. In F. Coulmas (ed.) (1971). Pp. 29-50.

riormente neste trabalho, parecem exigir. Contrariando aquilo que os teóricos do crioulo gostariam de acreditar, e na verdade contrariando o que a lingüística dominante sempre se inclinou a imaginar, o multilingüismo está longe de ser uma exceção à regra. "Seria certamente estranho," diz Romaine (1989: 3), "encontrar um livro intitulado *Monolingüismo*. Todavia, é precisamente a perspectiva monolíngüe que a lingüística moderna toma como seu ponto de partida na discussão de problemas analíticos básicos tais como a construção de gramáticas e a natureza da competência." Muito antes de Romaine, Jakobson havia reconhecido a importância do estudo de entidades plurais quando escreveu: "O bilingüismo é para mim o problema fundamental da lingüística." (Jakobson, 1953, *apud* Romaine, 1989). Referindo-se à situação multilíngüe na aldeia de Kupwar, no sul da Índia, Gumperz e Wilson (1971: 165) escrevem:

Especialistas em lingüística histórica bem como pesquisadores da crioulação inclinaram-se no passado a pensar em línguas-padrão como sendo básicas e a considerar línguas pidgin como um fenômeno relativamente marginal e transitório. Pelo menos no caso de Kupwar, e possivelmente no de outras partes, nossa situação sugeriria uma reversão de ênfase.

Permanece o fato, porém, de que os lingüistas até agora têm sido lentos em perceber todo o alcance das implicações do multilingüismo e do multiculturalismo. Em consequência disso, não chegaram normalmente a reconhecer que o conceito tradicional de identidade em lingüística necessita de uma revisão urgente. A identidade individual como algo total e estável já não tem nenhuma utilidade prática num mundo marcado pela crescente migração de massas e pela entremesclagem cultural, religiosa e étnica, numa escala sem precedentes.

É de fato curioso que enquanto os lingüistas — peritos profissionais de língua que, como era de se esperar, deveriam estar muito atentos às radicais mudanças em curso no cenário cultural contemporâneo — continuam seu trabalho sem se preocupar com as mudanças dramáticas acontecendo bem debaixo de seu nariz, outros

profissionais não deixaram de avaliar a importância das transformações em andamento e de suas implicações para conceitos fundamentais como a "identidade", que há muito tempo fazem parte de nosso modo habitual de pensar. Um caso específico é o de Salman Rushdie, o controvertido romancista inglês nascido na Índia e autor de *Versículos satânicos*, que alguns anos atrás fez a seguinte afirmação, dando muito o que pensar, enquanto respondia a acusações de blasfêmia por causa da publicação do romance (Rushdie, 1989: 4):

Através da história da humanidade, os apóstolos da pureza, aqueles que asseveram possuir a explicação total, criaram desordem entre os simples homens misturados. Como milhões de pessoas, sou um filho bastardo da história. Talvez todos sejamos, negros, pardos e brancos, vazando um no outro, como disse uma vez uma de minhas personagens, como sabores quando se cozinha.

E, referindo-se especificamente à sua malfadada obra-prima (cf. Rajagopalan — no prelo — para uma discussão de como a questão da identidade acaba sendo o tema central do romance), ele observou:

Os Versículos satânicos celebram a hibridez, a impureza, a entremesclagem, a transformação que resulta de uma combinação nova e inesperada de seres humanos, culturas... Exulta na mestiçagem e teme o absolutismo do Puro... É uma canção viva dedicada aos nossos eus vira-latas.

Pós-escrito

A identidade de um indivíduo se constrói na língua e através dela. Isso significa que o indivíduo não tem uma identidade fixa anterior e fora da língua. Além disso, a construção da identidade de um indivíduo na língua e através dela depende do fato de a própria língua em si ser uma atividade em evolução e vice-versa. Em outras palavras, as identidades da língua e do indivíduo têm implicações

está perfeitamente de acordo com o pensamento marxista ortodoxo. Nas palavras de Newmeyer (1986: 115), "a teoria plenamente desenvolvida de Marr, o 'estadialismo', argumentava que as revoluções econômicas (no sentido marxista) produzem revoluções lingüísticas". Que tais visões ainda são populares entre marxistas contemporâneos fica evidente ante a seguinte observação do lingüista marxista da Alemanha Ocidental, Max K. Adler (1980: 56-7, *apud* Newmeyer, 1986: 112):

Quando se trata da estrutura de classe de uma língua, um marxista deveria necessariamente aceitar [essa idéia]... Existe no mínimo alguma evidência de que a fala da classe operária difere daquela da classe média e das classes altas, e também há diferenças entre a fala da classe média e a da classe alta.... Basta que observemos um exemplo gritante. Durante vários anos lingüistas americanos investigaram o que eles chamaram de "inglês dos negros". Na prática, essa língua se restringe aos negros pobres dos Estados Unidos. No momento em que um cidadão americano negro sobe na escala social e se torna um cidadão de classe média, ele muda do "inglês dos negros" para a forma culta do inglês americano.... As diferenças entre a fala da classe operária e a da classe média e das classes mais altas acontecem em todas as sociedades capitalistas; em que grau essas duas formas de língua diferem entre si depende principalmente da força do antagonismo entre as classes da sociedade em questão.

A pergunta que devemos fazer é esta: Por que essa visão marxista de língua, aparentemente impecável — visão que considera a classe econômica como a base e a língua como a superestrutura — de repente desagradou a todos os poderes da então União Soviética? E a resposta é que a idéia toda ia na direção oposta à dos interesses absolutos do Estado. Naquele tempo Stalin estava preocupado em criar na Rússia uma nova noção de nacionalismo e a identidade da língua russa era para ele de suma importância. Que melhor prova se poderia achar para a tese de que a identidade, em última análise, está investida de ideologia?

A política da identidade talvez não apareça em parte alguma de forma mais evidente do que no estudo de pidgins e crioulos. De fato, toda a história da pesquisa nessa área está cheia de exemplos que evidenciam a ligação entre identidade e interesses. Em primeiro lugar, o próprio conceito de língua crioula está baseado no conceito de identidade. Segundo sua caracterização normal na literatura da área, uma língua crioula é um pidgin "nativizado", e o que faz do pidgin uma "língua" instável, transitória (ou, mais apropriadamente, uma "língua em potencial") é o fato de ainda não ter adquirido, na opinião de muitos, uma identidade plenamente desenvolvida. Creditou-se a Labov a definição de crioulo como sendo "um pidgin que conseguiu falantes nativos" (cf. Sankoff, 1980: 197). Uma visada rápida pela história da pesquisa de línguas pidgins e crioulas mostra como diferentes interesses e, portanto, atitudes mutáveis em relação à noção de identidade foram conceitualizados através dos anos (cf. Decamp, 1971).

Temos informações de que nas primeiras abordagens os pidgins foram considerados como sendo basicamente "línguas de contato" — línguas "mínimas" ou "provisórias", como as chamou Jaspersen (1922). Depois apareceu Hjelmslev (1939) e inverteu o julgamento de valor, dizendo que os pidgins eram línguas no sentido "máximo" ao invés de no sentido "mínimo" (claramente, Hjelmslev agia baseado no pressuposto de que a identidade é em parte uma função de interesses — afinal, diria ele, ninguém esperaria que um falante de pidgin quisesse discutir física nuclear ou engenharia genética em pidgin; o pidgin está aí para que seus falantes discutam assuntos pidgins — e é extremamente adequado, na verdade perfeitamente suficiente, para esse propósito.). Bloomfield (1933: 472-5) desenvolveu a teoria da *baby talk*: o falante da língua padrão imitaria de forma condescendente e muitas vezes com desprezo a desesperada tentativa do nativo de se comunicar. É interessante notar como a teoria da "fala do bebê" de Bloomfield se assemelha à tendência geral da lingüística teórica, discutida anteriormente, de salvaguardar a identidade da língua mediante um processo de "poda" ontogenética e filogenética. Crianças e macacos não contam, pois não satisfazem